

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SERIES INICIAIS NA ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO SALAZAR NO MUNICIPIO DE JAURU – MT

César Augusto Rossi ¹

Gerciley Pereira da Rocha ²

Tatiane Maria da Silva Dias³

RESUMO

Tendo em vista que na escola vivenciamos através das disciplinas e seus conteúdos as transformações socioambientais, a Educação Ambiental é o meio mais favorável para trabalhar com alunos questões que irão contribuir para tomada de consciência sobre o convívio do ser humano com o meio em que ele está inserido. Esta relação homem e natureza têm vários temas a serem trabalhados dentro e fora da sala de aula com os alunos e estes possam colocar em prática no ambiente escolar e na sociedade. Nesta modalidade de compreender a importância da Educação Ambiental visando mudanças de atitudes por parte de todos os envolvidos, o trabalho envolve diretamente alunos, professores e demais funcionários da escola, através do plano de ensino com ações pedagógicas diversificadas que auxiliam os professores que trabalham com esta área de conhecimento e com as outras áreas para que possam assim realizar um trabalho interdisciplinar com os conteúdos. Com estas ações de comprometimento e envolvimento de todo o tema da Educação Ambiental estará presente no dia-a-dia da educação. Cada vez mais professores estão percebendo que a consciência ambiental não só devem ser aceitas, mas também acolhidas como subsídio para a construção de uma sociedade consciente sobre esta modalidade de educação. E não se trata apenas de admitir o referido tema no currículo escolar, isso nada mais é do que cumprir a lei. O que devemos fazer é oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas e diversificadas na sala de aula, construir planejamento de acordo com a realidade da escola, adaptando o projeto pedagógico, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa. Aprender a conviver com as diversidades de assunto que a Educação Ambiental possui, tais como: políticas de Educação Ambiental, sustentabilidade, mudanças climáticas, ambientais, globais dentre outros;

PALAVRAS CHAVES: Políticas Públicas, Educação Ambiental, Ensino Fundamental.

¹ Graduado em Sistema de Informação pela Faculdade Católica Rainha da Paz – Araputanga MT

² Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso

³ Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e em Química, Bacharel em Administração de Empresas. Especialista em Educação Ambiental e Coordenação Pedagógica. Mestranda em Ciências da Educação.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 no seu artigo 225 destaca que “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida”, (BRASIL, 1988), isso demonstra que todos além do poder público precisam tomar consciência da importância da manutenção de um ambiente conservado e para tal é extremamente necessário que cada um faça a sua parte.

Desde a constituição muito se tem falado em Educação Ambiental, mas foi somente em 27 de abril de 1999 que a lei instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, sob o Nº 7975/99, foi promulgada. Ela em seu artigo 1º destaca: “entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”. E afirma ainda mais “a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não formal.” (Lei nº 7975, 1999, p. 01)

A presente lei instituiu a Educação Ambiental escolar abrangendo todas as modalidades da Educação Básica, além das práticas educativas de sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais a Educação Ambiental visa uma educação pautada na consciência do “ser” e “estar” criticamente no mundo, esta criticidade deverá levar o aluno a observar e participar das situações que não contribua para o convívio harmonioso entre o homem e a natureza.

No Estado de Mato Grosso a ação mais efetiva realizada sobre o tema ocorreu no ano de 2004 com a introdução do Projeto de Educação Ambiental (PREA) apontando em sua fundamentação filosófica a necessidade do fortalecimento da Educação Ambiental no estado, segundo o projeto esta deveria pautar-se no questionamento da educação ideal, afirmando que é essencial a existência de uma educação que saiba promover o diálogo e a indissociabilidade da cultura e da natureza. A proposição central é que, para além de um simples banco de dados, é

preciso ousar em um programa que considere o processo de formação teórica aliada ao campo prático que deve ser amplamente participativo. (PROJETO PREA, 2004, p.17), assim fica evidente que para isso acontecer é imprescindível que a escola tenha um olhar especial para as diversidades de forma que as mudanças socioambientais neste espaço seja algo debatido e propício para elaboração de ações.

A formação na escola dos profissionais é primordial para a construção da identidade da educação ideal, por isso é preciso à participação de todos neste processo. Juntos com a comunidade a escola pode fazer a diferença na vida da criança, contribuindo para que ela possa compreender esta vivência do “eu” com os “outros”. Na integração do tema ao currículo, muitas atividades podem ser realizadas como: questionamentos e análises relacionadas à Educação Ambiental, respeitando sempre as diferentes diversidades (políticas, religiosas e culturais).

Com o objetivo de promover um estudo sobre as ações de Educação Ambiental executadas na Escola Estadual Francisco Salazar, realizou-se esta pesquisa, através de observação do processo de inclusão dos conteúdos nas disciplinas e áreas de conhecimento, além da verificação de como ocorre este intercâmbio entre a escola e a família, como é realizado a formação e planejamento das atividades que contribuem para a execução das atividades em observância às leis vigentes sobre o tema? Para responder tais perguntas utilizou-se a elaboração e aplicação de questionário fechado com diversos profissionais da unidade escolar, visando compreender a sua concepção sobre a “Educação Ambiental”. As ações de revisão de literatura e diálogos contribuíram para a coleta de dados que contextualizaram a pesquisa.

2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Educação Ambiental (EA) está relacionada com as áreas de pesquisa, análise, apresentação e conscientização a respeito das necessidades e obrigações com o meio ambiente e com o aprofundamento do conhecimento sobre o mesmo. A EA visa também preparar o ser humano para a preservação da natureza e para o uso sustentável de seus recursos (REBOUCAS, 2011).

Para falar sobre a Educação Ambiental, é importante reportá-la aos meios legais, e quanto a isso a legislação brasileira foi um pouco tardia na implantação de leis que assegurassem o trabalho com este tema. Desde a Conferência de Estocolmo de 1.972 vários países procuraram incluir a Educação Ambiental (EA) como um instrumento de política pública relevante para a promoção de uma nova ordem mundial mais justa.

O conhecimento do mundo físico e natural, bem como da realidade social e política, nunca deixou de ser o assunto das escolas em qualquer nível de ensino. Qualquer escola pode dizer que atende essa exigência, pois afinal todas oferecem disciplinas que tratam de algum modo do mundo físico e natural e a experiência mostra que isso não é suficiente para criar uma consciência socioambiental capaz de mudar atitudes, gerar habilidades, desenvolver o sentido de participação e outros objetivos da educação ambiental, conforme estabelece a Carta de Belgrado de 1975.

A primeira vez que a Educação Ambiental apareceu na legislação de modo integrado, foi com a Lei 6.938 de 1.981 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (Art. 2o, X). Essa Lei foi posteriormente recepcionada pela Constituição Federal de 1.988 que incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável no Capítulo VI dedicado ao meio ambiente. De acordo com a Constituição, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e cabe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Art. 225, caput). Para assegurar a efetividade desse direito, incumbem todas as esferas do Poder Público, entre outras providências, promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (§ 1º, VI). A partir de então EA tornou-se um dever do Estado.

Acompanhando a Constituição Federal, todos os Estados estabeleceram disposições específicas sobre o meio ambiente em suas constituições e quase todos se lembraram em incluir a EA entre os temas contemplados. Em 1.992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em reunião paralela realizou um workshop do qual resultou a Carta Brasileira para a Educação Ambiental. Este documento recomenda que o MEC, em conjunto com as instituições de ensino superior, defina metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos a fim de

estabelecer um marco fundamental para implantar a EA no nível de ensino superior. O MEC ainda está devendo para a sociedade brasileira o cumprimento dessa recomendação. Em face disso, as poucas iniciativas existentes não seguem uma orientação comum.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, não estabeleceu nenhuma disposição sobre EA e sequer a cita expressamente. Apenas com muita boa vontade é que se pode atribuir ao legislador alguma intenção de tratar esse tema ainda que de modo indireto. Em relação ao ensino fundamental, a LDB estabelece que os currículos devam abranger obrigatoriamente o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (Art. 23, § 1º).

A Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, aprovada em 1.997 durante a I Conferência Nacional de Educação Ambiental, adotou os princípios e recomendações da Carta de Belgrado, de Tbilizi, da Agenda 21 e de outras reuniões mundiais. Com isso, a EA passou a ser entendida como um instrumento para promover o desenvolvimento sustentável. De acordo com essa Declaração, a existência de diferentes conceitos de desenvolvimento sustentável decorrentes de diferentes visões por parte dos segmentos da sociedade constitui um dos problemas para a educação ambiental.

O grande marco da EA no Brasil foi a promulgação da Lei 9.795 de 1.999 que teve como objetivo dar prosseguimento eficaz ao ditame constitucional já muito discutido. Em seu artigo 1º afirma-se que entende-se por EA os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essa Lei acolheu muitas ideias apontadas nas diversas conferências internacionais, o que conferiu à EA um caráter socioambiental decorrente das propostas de desenvolvimento sustentável. Assim, tornar efetiva a EA em todos os níveis e modalidades se constitui um imperativo não só diante da atual legislação, mas diante da necessidade de dar soluções adequadas aos graves problemas que afetam o Planeta. Uma das questões problemáticas da EA concerne à necessidade

de torná-la parte da formação dos profissionais, pois de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais,

“O trabalho de Educação Ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significado àquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esse significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, da possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também da possibilidade de utilizar o conhecimento em outras situações. A perspectiva ambiental oferece instrumentos para que o aluno possa compreender problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta” (BRASIL, 1997, p. 35).

O Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010) aprovado pelo Congresso Nacional (Lei 10.172/2001), além de cumprir uma determinação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu art.87, fixa diretrizes, objetivos e metas para o período de 10 anos, garantindo coerência nas prioridades educacionais para este período. Nos objetivos e metas para o ensino fundamental e ensino médio, propõe “A Educação Ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei n.º 9795/99”. Este plano discutido com todos os setores da sociedade envolvidos na educação representa um avanço da questão ambiental no universo da educação. A estes se acrescenta o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil que privilegia os aspectos econômicos, o não cumprimento das recomendações da Agenda 21 por parte dos diferentes níveis de governo e a falta de articulação entre as ações de governo e da sociedade civil. O ensino tecnicista e fragmentado foi identificado como uma dos problemas que dificultam a consecução de uma educação ambiental efetiva

Assim, é de extrema importância que os alunos não fiquem presos às questões relacionadas a EA somente dentro da escola, pois o exercício da participação dos educandos em diferentes instâncias, favorecendo seu aprendizado, facilitando assim a contextualização em sua vida.

2.1. Educação ambiental e as disciplinas

Para promover uma prática pedagógica de consciência ambiental faz-se necessário conhecer e compreender quais são os “temas necessários para

introdução da Educação Ambiental”. Conhecer as especificidades e princípios da Educação Ambiental, à medida que dão crescente visibilidade à compreensão dos educandos sobre o assunto, contribui igualmente para promover e apoiar o aperfeiçoamento técnico e científico dos profissionais da Educação e de áreas constituídas por conhecimentos diversos.

Assim sendo ao trabalhar a Educação Ambiental nas disciplinas o professor deve observar as especificidades de cada área de conhecimento para que a prática deste conceito possa alcançar resultados positivos.

Tematizar a dimensão ambiental na Educação Física, por exemplo, colabora para a construção de um conceito de saúde e qualidade de vida que rompe com a ética utilitarista, marcada pelo consumismo compulsivo que impõe inclusive uma estética corporal à revelia da saúde. Nesta perspectiva, educa-se para a sensibilidade da estética e da relação com o “Outro”, a fim de compreender a relação corpo/natureza como construções sociais, políticas, econômicas, filosóficas, históricas, culturais e ambientais, visando formação mais sensível ao sentido da vida. (SEDUC, 2013, p.219)

Na matemática a Educação Ambiental pode ser trabalhada através de dados sobre questões socioambientais, em que o professor utiliza-se da problematização e investigação, que pode surgir através dos alunos ou sugerida pelo docente como, por exemplo: queimadas urbanas, contaminação do solo por agrotóxico, acidentes em rodovias sem pavimentação ou em mau uso de conservação, casos de dengue no município etc; nestas sugestões o aluno poderá formular questões, coletar e organizar dados através de gráficos, avaliar resultados, traçar estratégias, dentre outros procedimentos.

As Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso aponta que:

“Dentre as maneiras de se relacionar os diversos aspectos da temática ambiental com as disciplinas escolares, pode-se encontrar inúmeras possibilidades de transversalização. O campo das Linguagens Códigos e suas tecnologias são constituídos por: Língua Portuguesa, Literatura, Língua estrangeira, Artes e Educação Física. Estas fazem parte do patrimônio socio-historico e cultural de um povo, pois nenhum dos fenômenos da linguagem quer verbal ou não verbal, gestual, corporal e/ou visual, é propriedade privada desta ou daquela organização.” (Ocs, 2010.p. 59).

Nesta concepção de ensino-aprendizagem, o uso da área da linguagem e suas tecnologias para trabalhar temas referentes à Educação Ambiental, proporciona o uso dos símbolos e significados que podem os levar a percepção do mundo que os

rodeia.

Na área das Ciências Humanas as Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso afirma que:

“As disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas têm importante contribuição no tratamento das questões ambientais. Ao focar o modelo no qual a sociedade produz e se organiza, enquanto determinante das diversas formas de relações entre indivíduos, grupos e classes sociais, possibilita a compreensão das diferentes formas de acesso e as condições de permanência no ambiente, enquanto lócus da ação humana.” (Ocs, 2010, p.61)

Dentro das Ciências Humanas o aluno pode compreender todo o histórico de mudança do meio ambiente provocado pela ação do homem, o processo histórico entre homem/natureza à evolução da sociedade.

2.2. Contextualizando sobre a prática inclusiva na escola Estadual Francisco Salazar

A Escola Estadual Francisco Salazar possui em seu currículo atividades pontuais voltadas para o meio ambiente. Em pesquisa com os profissionais da instituição foi relatado que à adaptação do currículo não foi fácil, devido especialmente a falta de experiência e formação. Há alguns anos as atividades eram realizadas somente nas datas comemorativas tais como: “Semana do Meio Ambiente” e “Dia da árvore”.

A implantação de políticas públicas sobre a Educação Ambiental ajudou a garantir a execução de ações que envolvem o tema. As Orientações Curriculares sobre as Diversidades Educacionais serviu de direcionamento para que a unidade escolar adaptasse seu currículo e fortalecesse a formação dos profissionais para atender estas necessidades. Com esta proposta tornou-se acessível à escola apoio pedagógico e financeiro.

Para garantir o desenvolvimento da criança, a elaboração de estratégias é essencial. Alguns exemplos são: utilização de jogos e brincadeiras envolvendo o tema, utilização de recursos tecnológicos como softwares, além de conteúdos específicos trabalhados através de dinâmicas, construção de materiais com produtos recicláveis e cartazes que podem ser fixados no pátio da escola para facilitar a compreensão.

Nos últimos anos o trabalho envolvendo a Educação Ambiental na escola foi

ficando em evidência, exigindo da mesma uma revisão de sua proposta pedagógica, assim foi necessário mudanças em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) para que este contemplasse ações que garantissem ao educando um ensino de qualidade.

Na atualidade a escola conta com projetos que estimulam a consciência ambiental, promovendo mudanças de atitude nos alunos no que refere ao deixar lixo no pátio, desligar as lâmpadas e ventiladores ao sair da sala, ações estas que acabam sendo levadas para casa e transformando o meio em que estes vivem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos realizados pode – se considerar que a Educação Ambiental deve acontecer e precisa ser com o “todo”, sendo esta ação parte fundamental de uma escola. Este processo prioriza a participação ativa do aluno nas atividades ministradas tanto em sala de aula como fora dela. Para ela acontecer é necessário que todos percebam a necessidade de interagir, aprender a conviver, vivenciar e promover atitudes que contribuam para mudanças de postura em relação ao meio em que vive.

Através da pesquisa observa – se que o processo de inclusão da Educação Ambiental na E.E. Francisco Salazar está acontecendo gradativamente e as crianças são partes integrantes do processo, dentro de suas necessidades são estimulados a desenvolver-se tanto psicologicamente como pedagogicamente. Vale ressaltar que existem barreiras que precisam ser transpostas, principalmente em relação às questões socioambientais.

Para garantir o desenvolvimento, à elaboração de estratégias com os jogos podem contribuir para o ensino aprendizagem, tendo em vista que esta ação faz parte do ser humano em qualquer idade. O uso do computador pode ser um importante aliado com softwares no qual o aluno interage e vai ele próprio construindo seu conhecimento.

Dentro desta proposta na busca por estratégias de ensino que promovam o saber, as ações são essenciais para o desenvolvimento do conhecimento. As diferenças dentro das realidades vivenciadas pelos alunos são diversificadas por isso é preciso olhar cada uma para que assim o “fazer” pedagógico possa ocorrer dentro da sala de aula atendendo todas as questões de consciência sobre o “estar

no mundo com os outros”. Trabalhar esta complexidade não é tarefa fácil, mas é algo real e constante no cotidiano escolar.

Considerando que a Educação Ambiental é necessária e precisa tornar-se uma ação real dentro da escola, é essencial que este processo seja aceito por todos, para que assim a escola busque meios e estimule o desenvolvimento efetivo do educando.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL, **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

HARDOIM, Edna Lopes; RINALDI, Carlos; PEDROTTI, Debora Erileia. **Possibilidades didáticas para aulas de Ciências Naturais**. Cuiabá, MT: Editora Print.2014.

HINRICHS, Roger A. KLEINBACH, Merlin. REIS, Lineu Belico. **Energia e Meio Ambiente**. Cengage Learning. São Paulo, 2011.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimento básico, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalho científico**. 7 .ed. São Paulo: Atlas,2011.

MATO GROSSO, **Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais**. Cuiabá: Gráfica Print, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia Diferenciada: Das intenções à ação**. Porto Alegre. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SATO, Michele. GOMES, Giselly. SILVA, Regina. **Escola, Comunidade e Educação Ambiental, Reiventando sonhos, construindo esperanças**. Cuiabá: Gráfica Print, 2013.

VECCHIA, Rodnei. **O Meio Ambiente e as Energias Renováveis- Instrumentos de Liderança Visionária para a Sociedade Sustentável**. Manole. Barueri, 2010.